



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2014

Ata n.º 13

Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro do ano de dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:20 horas, no Edifício da antiga Junta de Freguesia de Olhos de Água, por convocatória de onze de Setembro e aditamento de dezassete de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação da acta de 31-07-2014-----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento, sob proposta da Câmara Municipal, das propostas relacionadas com a atribuição de medalhas de Honra, de Ouro, e de Mérito;

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração do contrato de prestação de serviços de 3 circuitos de transportes urbanos na cidade de Albufeira, outorgado entre o Município de Albufeira e a EVA - Transportes, S.A; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de Determinação das Taxas de Derrama, Imposto Municipal Sobre Imóveis, Participação Variável no IRS e Direitos de Passagem, nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de alteração à postura municipal sobre Toponímia e numeração de policia, conforme previsto no n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para o fornecimento contínuo de "materiais em ferro fundido a aplicar na remodelação e conservação da rede de abastecimento de água e saneamento até ao limite de 165.000,00€ + IVA - 2014"; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do protocolo de colaboração a celebrar com a Administração Regional de Saúde do Algarve, IP, relativo ao alojamento de dois médicos, de nacionalidade cubana, a colocar no Centro de Saúde de Albufeira, bem como sobre a respectiva minuta do contrato de arrendamento, e subsequente aditamento; -----



PONTO NONO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para Fornecimento Continuo de Refeições e Lanches Escolares para a EB1/JI dos Olhos de Água, EB1/JI da Correeira, EB1 de Vale Carro, EB1,2,3 da Guia e JI da Guia; -----

PONTO DÉCIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Directo para Aluguer de Equipamentos Multifuncionais e de Reprografia; -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Candidatura ao IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, no âmbito da medida "Contrato Emprego-Inserção. -----

Antes de se proceder à chamada, o Presidente da Assembleia, convida o Membro, João Alexandre Sequeira Jorge da Silva para fazer parte da Mesa e secretariar a reunião em substituição do Segundo- Secretário. -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Geraldês de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Ana Alexandra Diogo Pereira (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (membro suplente PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Secretários de Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Indaleta Cabrita, da Guia, Joaquim Dias, os Presidentes de Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e de Paderne, Miguel Coelho. -----

Faltas: Vitor Vieira, Hélder Sousa e Joaquim Vieira.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Vitor Vieira, Hélder Sousa e Joaquim Vieira foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, João Alexandre Sequeira Jorge da Silva, Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita e Joaquim Teixeira Dias. -----



Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores, Fernando Anastácio, José Carlos Rolo, Ana Vidigal da Silva e Neto. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Carlos Ventura: Leu Doc.1 (anexo a esta acta). -----

Maria do Céu Mendes: Leu Doc. 2 (anexo a esta acta). -----

Anselmo Garvoa: "Boa noite, falo na qualidade de munícipe, e na qualidade de administrador de um prédio. Na qualidade de munícipe é para informar que mais uma vez, a luz eléctrica do jardim Vale de Faro está desligada ou avariada. Acontece com muita frequência, e se eu não for avisar a Câmara está dias, semanas, meses sem luz. Nas últimas semanas ao fim da tarde aparece um mau cheiro a esgotos, que não sei de onde são provenientes. Dizem que não é da ETAR, o certo é que por volta do fim da tarde, é raro o dia que não temos aquele cheiro característico de esgotos. Por outro lado, existe uma lagoa que está desprezada, recordo-me em tempos, quando tinha um espelho de água, agora tem um espelho de limos, havia uma vedação e praticamente já desapareceu, portanto está num total abandono. Venho, na qualidade de munícipe, pedir à Assembleia Municipal que se faça alguma coisa, até porque a zona onde moro, que é a Rua do Lago, para fins fiscais é considerada uma zona de luxo, não sei bem porquê. Na qualidade de administrador do edifício, existe um processo na câmara, pelo uso indevido de uma subcave do lote oitenta e oito, da Rua do Lago, edifício Valemangude. Já foi objecto de várias reuniões, já andei de gabinete em gabinete, e nada está resolvido, e já foi objecto de notificação por edital, para que a pessoa abandonasse a utilização que está a ser feita indevidamente, a morarem numa cave que tem os esgotos clandestinos. Não sei como é que a câmara faz um contrato de fornecimento de água para um espaço que não tem rede de esgotos. O proprietário foi notificado para repor a legalidade das alterações que fez ao projecto, mas nada fez. Eu gostava de saber se a câmara só serve para notificar e não fazer cumprir as notificações. O u se não têm poderes para isso que me digam para eu tomar outras providências. Fico a aguardar uma resposta, da Câmara ou da Assembleia, para que eu possa então tomar outras medidas, caso seja necessário." -----

Presidente da Assembleia: "A Assembleia Municipal não tem conhecimento daquilo que o senhor acaba de nos dizer, mas com base nas suas afirmações iremos pedir alguns esclarecimentos à Câmara Municipal e depois a Assembleia Municipal através dos seus serviços, entrará em contacto consigo." -----



Rodrigo Vicente: "Há cerca de dois meses, os residentes das habitações de custos controlados nas Ferreiras residem sem luz, é uma situação pertinente, que já foi exposta aqui nesta Assembleia. Numa Assembleia foi prestado esclarecimento por parte do Presidente da Câmara, que ia convocar uma reunião, essa reunião foi efectuada, com a Vereadora Marlene, e chegou-se a um acordo com os moradores, que a dívida que estava intrínseca à falta de energia que existe ia ser parcialmente paga, pelos moradores e pela assistência social, é um processo que se está a desenvolver, e neste momento, a certificação que era necessária para a colocação de energia já se verificou, está tudo resolvido da parte da Certiel, mas o construtor neste momento está a intimidar a pessoa responsável pelo ramal e pela certificação para que não sejam entregues os documentos necessários para termos energia eléctrica, e isto decorre há dois meses. Para o próximo mês vai mudar a hora, vai ser noite a partir das cinco da tarde, é uma questão pertinente, já foi exposta aqui mais que uma vez, e gostava de saber qual a opinião tanto da Assembleia como da Câmara em relação a este assunto. Porque o município está a tratar da parte da assistência social, porque há pessoas que não têm possibilidades para pagar as partes delas, e aqueles que podem estamos entalados porque podemos pagar mas há outras pessoas que não podem, o processo está a ser moroso, e imaginem nesta altura estar a viver sem luz. O segundo ponto é em relação à iluminação pública entre o campo de futebol das Ferreiras e as nossas habitações. Já sabemos que dentro das habitações e no perímetro não temos luz pelo facto que acabei de explicar, mas o caminho que faz essa ligação acho que já merece alguma atenção, porque tem havido furtos, e andam lá toxicodependentes, é uma situação grave pois as pessoas sentem-se inseguras, há muitas crianças a morarem naquelas habitações, mesmo sem luz. Se fosse possível era bom que o Presidente marcasse uma reunião com os nossos representantes, e com o senhor em questão, porque o município é o único ponto de ligação, entre nós moradores e esse senhor." ----

Francisco Marques: "O que me trás cá, é o circo que abalou hoje. Comprei um andar em frente ao circo, e levo desde quinze de Julho com o circo em frente a minha porta, durante dois meses. Não digo que não tenham o direito de trabalhar, mas não posso tomar o pequeno-almoço no terraço por causa dos maus cheiros e moscas. Segundo problema, é que faz falta uma rotunda nesta zona. É muita poluição, é horas perdidas no trânsito, já está planeada há tantos anos, mas não é feita." -----

Patricia Silva: "Eu venho em representação dos moradores do edifício Varandas do Pinhal, reforçar um pouco aquilo que o senhor Marques acabou de falar relativamente ao circo. Enquanto administradores do condomínio recebemos várias reclamações porque em pleno mês de Agosto, torna-se insuportável as moscas, e o mau cheiro dos animais daquela actividade. Venho reforçar a necessidade de se deslocar para outro



terreno, como fizeram nas Ferreiras, qua não incomodam ninguém e qualquer pessoa consegue usufruir do circo." -----

Francisco Nogueira: "Não venho a uma Assembleia Municipal desde setenta e seis, quando vim para cá abri uma casa onde só se falava português, não dizendo que os estrangeiros não fazem cá falta, porque fazem e muita. Tenho um restaurante que está perto da Oura, que eu peso que hoje a Oura é um cancro em Albufeira. Mas toda a gente tem medo de falar nisso, aquilo que está ali é uma zona conhecida da Europa como a zona das bebedeiras. Aquela rua mete-me medo, estou transversal dali, onde sou multado porque tenho pessoas a trabalhar para arranjar os poucos clientes que tenho, mas isso é a Lei que está feita assim. A rua tem mau cheiro de dejectos, e quando chove já está a TVI preparada para lá ir ver os dejectos a saírem. Estou a avisar aqui que da próxima vez que houver novamente dejectos a sair em frente ao restaurante Blue Sky a TVI vai lá. Eu ponho as minhas galochas, limpo aquilo tudo, e desinfecto. Está um bar nessa rua, que está aberto três meses, e os clientes fazem xixi nas ruas e outras coisas, mas nessa altura, não sei porque a polícia municipal nunca passa lá. Faz-me espécie, muita coisa hoje em dia, como é que se consegue viver em Albufeira, que é um paraíso do turismo, e o medonho que é aquela rua. Uma parte da rua é candeeiros municipais, e na outra parte são candeeiros de jardim. Os candeeiros que lá estavam tiravam a iluminação dos reclames e então meteram lá candeeiros de jardim. Isto está tudo pelas pontas, estamos todos fartos, devia de haver entre todos mais respeito e dignidade. Custa-me ver hoje como está Albufeira, que era um paraíso, e nós temos um paraíso nas mãos e não o sabemos aproveitar. Não soubemos andar com ele para a frente, as pessoas que estão à frente não souberam meter no caminho certo, subornos, corrupção, não foi certo, e hoje estamos todos a pagar por isso, e há que haver responsabilidades. Quais foram as pessoas que tiveram responsabilidade dos erros que fizeram? Infelizmente não há, o pequeno é que paga tudo, porque somos nós os pequenos que estamos a sustentar os grandes." -----

Presidente da Assembleia: "O senhor levanta suspeitas graves, de corrupção e não podemos, de uma forma gratuita, generalizar acusações. Somos detentores de órgãos públicos e todos nós quando tomamos conhecimento de um crime, e a corrupção é crime, devemos, efectivamente, participa-la ao Ministério Público. O senhor trás aqui suspeitas e preciso saber se faz referência ao órgão da Câmara Municipal ou desta Assembleia Municipal." -----

Francisco Nogueira: "Não, eu estou a falar no geral sobre Albufeira." -----

Presidente da Câmara: "É sempre bom que os munícipes participem nestas reuniões, e de certa forma ajudar com o seu conhecimento, de situações que nós ainda não tenhamos conhecimento. Muitas vezes as pessoas têm tendência a exagerar no verbo, na forma como colocam as questões e também muitas vezes a fazer acusações sem



saber aquilo que estão a falar. Ouvi aqui dizer que vão crianças com fome para a escola, e que nós, insensíveis, nada fazemos. A câmara municipal deu instruções directas, na escola, que não obstante de haver dívidas dos pais, em relação às senhas, não há criança que fique sem refeição, por não ter a senha. Neste concelho não há nenhuma criança que fique com fome por culpa do município, nós temos muita atenção com as crianças, e não admito a ninguém que nos acuse de insensibilidade em relação às crianças, à educação, que é algo que nós temos o máximo de atenção, e é das prioridades do município. Ouvi aqui outra, que também fiquei abismado, que cortávamos a água aos pobres. Neste município não se corta a água aos pobres, os serviços têm instruções rigorosas que à mínima suspeita de que o munícipe tenha dificuldades em pagar, se faça imediatamente intervenção, no sentido que sendo verdadeira essa dificuldade não hajam cortes de água. Ouvi também algumas palavras de acusação de corrupção, de suspeitas de um conjunto de pessoas. Não se fazem acusações para o ar, as pessoas têm de ter a noção daquilo que afirmam, e ao acusar devem fazê-lo com factos, e dirigi-lo a pessoas em concreto. Quanto à questão do bairro da Faceal, recebi um abaixo-assinado, e expliquei que esse bairro não nos pertence, está em processo de aquisição, mas devido a uma série de vicissitudes, a câmara não pode fazer o pagamento do valor que tinha inicialmente acordado. Não nos pertence, e como sendo uma propriedade privada não temos competência para mandar sair de lá seja quem for, só as entidades policiais o poderão fazer. Tanto quanto julgo saber, a firma está em processo de insolvência, será o administrador da massa falida que tem legitimidade para cuidar daquilo, é o administrador desse património, que pode dizer quem é que pode lá estar. Ontem recebi uma chamada do administrador da insolvência e ficou marcada uma reunião para amanhã na câmara municipal. Vou tentar discutir com ele a questão das pessoas lá residentes, a questão da aquisição do património pelo município. Quanto às questões de Vale Faro, tomei nota, e irei ver o que se passa, assim como a questão da utilização indevida que mencionou. Em relação à questão de Ferreiras, é uma situação terrível, termos pessoas sem electricidade, fiquei a saber que recentemente já existe a possibilidade da emissão dos certificados da Certiel. Estamos a tentar resolver este assunto o mais rápido possível. Em relação ao circo, desconhecia a situação até ter recibo algumas reclamações sobre moscas e maus cheiros, mas vamos tentar arranjar a melhor solução de forma a não causar incómodos aos moradores. Quanto à intervenção do senhor Nogueira, a questão dos angariadores, o senhor tem um restaurante deslocado da rua principal e parece correto ter um angariador na Sá Carneiro a publicitar o seu restaurante. Na altura quando decidimos esta questão, quando há concorrência entre restaurantes estabelecemos que os angariadores não poderiam exceder as esplanadas existentes. Compreendo que o senhor Nogueira não ache isso correcto, poderemos estudar uma hipótese, porque há



sempre situações diferentes, e zonas diferentes. Criar regras gerais e abstractas não é fácil. Quanto à questão da TVI, se a TVI lhe resolver a questão dos dejectos só tenho de agradecer à TVI por lhe ter resolvido o problema. Tomei nota, e os nossos serviços irão passar por lá. Quanto à situação da rotunda nos Olhos de Água, também tomei nota e vou apreciar o assunto." -----

Presidente da Assembleia: "Antes de passar ao período da ordem do dia gostava de agradecer à Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, a disponibilidade do espaço para que tivéssemos a oportunidade de realizarmos aqui esta Assembleia Municipal. Tentamos trazer as assembleias ordinárias a todo o município, através das Juntas de Freguesia, e não podíamos deixar de vir aos Olhos de Água, porque de facto merece todo o nosso respeito e consideração." -----

Indaleta Cabrita: "Fico sempre muito contente quando vejo a nossa sala cheia, estou em substituição do senhor Hélder. Esta sala sempre primou pela abertura, e estaremos sempre abertos a estas iniciativas, quer da Assembleia Municipal, quer da Câmara Municipal, ou associações. Aproveitando para responder ao Francisco Marques, já temos falado sobre o assunto que o trouxe hoje aqui, veio falar comigo nos finais do mês de Agosto. Já tinha explicado que não somos nós os responsáveis pela licença, e o campo vai ser limpo pela autarquia." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

Cândido Reigado: "Tenho duas questões, uma prende-se na possibilidade de ser retirado o posto da GNR dos Olhos de Água, esperemos que isso não aconteça. A outra prende-se com um caminho que dá acesso à praia do Barranco, cinquenta metros depois das escadas, o percurso está em péssimo estado." -----

José Pimenta: "No âmbito da habitação social e da necessidade de satisfazer munícipes com menos recursos, a câmara municipal de Albufeira em cooperação com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana levou a cabo a cedência de um terreno para construção de uma urbanização com trinta e oito fogos nas Ferreiras. A entidade financiadora foi o IHRU e os fogos foram a custos controlados. Entretanto, a partir de Setembro de dois mil e treze, com a licença de habitabilidade e tendo feito as escrituras, e após ter decorrido um concurso por parte da Câmara, os respectivos proprietários foram residir para os apartamentos, e a energia eléctrica era fornecida pelo contador de obras. Em cinco de Junho de dois mil e catorze, em reunião da Assembleia Municipal, um morador interveio dando a conhecer os problemas com as obras inacabadas e em especial a possibilidade de corte de luz. Numa outra reunião em trinta e um de Julho, outro morador interveio no mesmo sentido e já com os moradores, quinze famílias, a viver sem luz. O senhor Presidente disse que iria ter uma conversa com o construtor da obra para tentar resolver esta situação. Até hoje os



moradores estão sem luz, já há dois meses. O que fez o executivo junto da EDP, construtor ou IHRU para minimizar este problema? Para quando a iluminação pública para esta urbanização? Em relação às obras inacabadas nas zonas exteriores e outras no interior, e alguma deterioração já existentes nas telas, o que nos pode dizer? Há uns meses atrás fiz uma pergunta ao Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, sobre a Central de Camionagem, sobre o acordo que existiria entre a Câmara Municipal de Albufeira e a Eva. Até à data a CDU não recebeu qualquer informação sobre esta situação. Outra questão é o acesso à praia da Rocha Baixinha, desde há três anos, no mês de Agosto, o proprietário colocou um contentor a tapar a entrada, e colocou uma entrada para estacionamento, onde é cobrado o valor de três euros. A pergunta que faço é se essa empresa tem licenciamento da parte da Câmara para estacionamento e para cobrar esse valor?" -----

Presidente da Câmara: "Em relação à intervenção do senhor Reigado acerca da GNR, as condições do posto são precárias. Desloquei-me ao posto com o comandante, e colocamos de imediato a questão da GNR não sair dos Olhos de Água, a Câmara teria todo o empenho para que isso não acontecesse, e disponibilizávamos todos os meios de que a GNR precisasse para que isso acontecesse. Um arquitecto da Câmara está a desenvolver um projecto para a recuperação do posto de Olhos de Água. Há a possibilidade de entretanto fazerem aqui no edifício da Junta o atendimento, que será de carácter provisório. Houve a possibilidade de saída da GNR dos Olhos de Água, mas quer o comando de Albufeira, quer o município, quer a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, estamos a fazer tudo para que isso não aconteça. Quanto à intervenção do senhor Pimenta, em relação a Ferreiras, já referi há pouco que estamos a tentar resolvê-las o mais rápido possível. Criou-se uma situação, em que a Câmara tem ausência de poder. Mas estamos a tentar fazer tudo o que está ao nosso alcance. Quanto à central de camionagem não sei se há algum protocolo, mas o senhor Pimenta pode passar lá na Câmara que vemos isso com os serviços." -----

Vice-Presidente: "Não sei pormenores, é a Eva que faz a gestão, manutenção e limpeza, há um protocolo." -----

José Pimenta: "Em relação à manutenção não é verdade, porque quando houve necessidade de manutenção na central de camionagem, foram os trabalhadores da Câmara que lá foram fazer a manutenção. Se por acaso a central de camionagem de Albufeira não serve os munícipes de Albufeira, então passem o nome para central de camionagem da Eva." -----

Presidente da Câmara: "Em relação à questão acerca da praia dos tomates, tenho ideia de esse assunto ter ido à Câmara, não lhe posso precisar neste momento." -----

Indaleta Cabrita: "Só para responder ao senhor Reigado, tem razão acerca do estado do caminho, mas também já deve ter reparado que o acesso à praia do Barranco está a



melhorar. Estas obras foi um conjunto de boas intenções dos herdeiros do senhor Correia, do Sheraton, e da Câmara Municipal. Quando se entrava era só areia e terra batida, e neste momento temos pavê até uma determinada zona. Eu sei que muitas vezes havia água que corria, e que por sua vez inundava a parte de baixo. Felizmente, a Câmara já conseguiu ver de onde vinha essa água que levava depois ao difícil acesso à praia do Barranco. Não foi fácil chegarmos a essa conclusão, nós víamos a água a correr mas não sabíamos de onde ela vinha. Felizmente essa parte está ultrapassada, uma intervenção com um peso maior, dali para baixo, será uma segunda fase." -----

Vereadora Ana Vidigal: "Relativamente à questão da praia das Belharucas, houve de facto uma intervenção muito forte da parte dos nossos serviços, ma procura da solução. Informamos a Junta de Freguesia que essa situação estava efectivamente resolvida. A questão da praia da Rocha Baixinha, houve uma questão que chegou à Câmara, da parte da Agencia Portuguesa do Ambiente, no sentido da utilização do parque. Mais tarde a própria APA telefonou-me a desmentir a situação, a informar que tal não acontecia. Deslocamo-nos ao local, e nunca verificamos lá um estacionamento, nem sequer a situação que foi aqui relatada. A nossa polícia municipal deslocou-se nessa altura para verificar a situação, e essa situação não estava a ocorrer, portanto a situação estava finda." -----

José Pimenta: "Se bem entendi, a Vereadora diz que não houve qualquer cobrança nessa praia, nesse estacionamento. Entre dia um e trinta e um de Agosto houve pagamentos no estacionamento da praia dos Tomates." -----

Leonardo Paço: "Só para reforçar a intervenção do senhor Pimenta, na realidade foi cobrado estacionamento na praia dos Tomates." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----



PONTO DOIS

Apreciação e deliberação da acta de 31-07-2014; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

José Pimenta: "Na reunião da Assembleia de trinta e um de Julho de dois mil e catorze, os pontos da ordem do dia eram seis. Foi com surpresa, que os membros da CDU, verificaram que após o fecho do sexto ponto, há intervenção de um membro da Assembleia, e posteriormente outra intervenção do Presidente da Assembleia, como se pode constatar na dita acta. Achamos que esta situação não deve voltar a acontecer, queremos dizer que a CDU nunca tentará beneficiar com esta situação, mas não podemos deixar passar em claro. Por estes motivos, os membros da CDU irão abster-se neste ponto da ordem de trabalhos." -----

Presidente da Assembleia: "Como esclareci na altura, não era um ponto de trabalhos, era um esclarecimento por parte da mesa, a uma reclamação por parte de um membro desta Assembleia. Por uma questão de facilitação resolvemos explicar a questão, não para que fosse tomada qualquer deliberação, mas apenas para que os membros da Assembleia tomassem conhecimento da questão. Não se trata de abrir precedentes, trata-se sim, no âmbito da colaboração com os membros da Assembleia de esclarecer uma dúvida, que era dos Presidentes de Junta de Freguesia, relativamente á questão das senhas de presença. Surpreende-me que haja abstenções à acta por causa desta questão. Se me propuser mando retirar esse esclarecimento da acta, e propõe-se a deliberação para que este assunto seja retirado da acta. A partir de agora, sempre que houver uma questão que seja de interesse para a Assembleia Municipal, marco uma sessão da Assembleia Municipal. Quanto mais transparentes e facilitadores tentamos ser, mais castigados somos, portanto passamos a fazer as coisas de uma forma mais rigorosa." -----

José Pimenta: "Antes da informação que o Presidente da Assembleia deu aos Presidentes da Junta de Freguesia, que até poderia ser em privado, no final da ordem do dia, o membro Carlos Santos interveio. Não concordamos e acho que deveríamos dizer alguma coisa, a partir do sexto ponto acabou a reunião e ponto final, é o nosso ponto de vista. Se já está em acta não vamos agora retirar aquilo que foi dito." -----
Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----



VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: sete (07) Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, João Silva, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Votos a Favor: dezoito (18) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Pereira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A acta foi aprovada por maioria. -----

PONTO TERCEIRO

Tomada de conhecimento, sob proposta da Câmara Municipal, das propostas relacionadas com a atribuição de medalhas de Honra, de Ouro, e de Mérito; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração do contrato de prestação de serviços de 3 circuitos de transportes urbanos na cidade de Albufeira, outorgado entre o Município de Albufeira e a EVA - Transportes, S.A; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "Boa noite a todos, tendo analisado esta alteração ao contrato de prestação de serviços verifica-se que, de facto, a Câmara Municipal fez um trabalho administrativo de redução dos custos, no entanto parece-nos que não foi a melhor solução, porque o contrato foi renovado, e com a sua renovação permitiu-se uma posição de algum conforto da parte da entidade que gere neste momento o Giro. Entendemos que é fundamental para o concelho os serviços do Giro, mas entendemos também que poderia ter sido conseguido condições bem mais simpáticas. Verifico com agrado, que houve alteração relativamente à redução de alguns custos, mas reafirmo que poderíamos ter ido mais longe, e ter aberto novo concurso."-----



José Pimenta: "Acerca da gestão destes serviços de transportes urbano, a CDU é a favor que a gestão seja feita pela Câmara, e por isso vamos votar contra este novo contrato. De qualquer forma, sabendo de antemão, que outras forças políticas, o PSD e o PS estão de acordo com estas linhas, nós achamos que para minimizar custos, após dez anos deveria ser aberto um novo concurso. Em relação aos valores, pagávamos cento e vinte e quatro mil euros por mês, se multiplicarmos isto por doze dá um milhão e quatrocentos mil, e diz-nos aqui que baixaram doze por cento, mas eu não vejo que tenha havido aqui valores mais baixos." -----

Presidente da Câmara: "É com agrado que verifico uma redução de custos, e acrescentamos, mais três circuitos, portanto penso que foi bem negociado." -----

Vice-Presidente: "Não é um novo contrato, é uma adenda ao contrato existente. O contrato previa que ao fim de dez anos pudesse ser renovado por mais cinco anos. Entendemos negociar com a Eva, no sentido de melhorar os serviços, e reduzir os custos à autarquia. Melhorar os serviços com a aquisição de novos autocarros, e temos o aumento dos circuitos existentes. Até agora era a Câmara Municipal que fazia a conservação e reparação, a partir de agora vai ser a empresa. Esta negociação é bastante razoável." -----

Leonardo Paço: "Parece-me a mim que, se conseguimos todos estes benefícios, depois do contrato ser renovado, o que é que não teríamos conseguido se fizéssemos a negociação antes da renovação automática. Na lógica comercial, não me parece muito bom deixar para depois, e fazer a negociação à posteriori." -----

Vice-Presidente: "Esta negociação decorreu antes da data limite para a renovação." --- Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: dois (02) Cândido Reigado e José Pimenta. -----

Abstenções: nove (09) Francisco Oliveira, Gerales Simões, Vera Neves, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Ana Pereira, Leonardo Paço, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a Favor: catorze (14) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Silva, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia de Guia, -



A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de Determinação das Taxas de Derrama, Imposto Municipal Sobre Imóveis, Participação Variável no IRS e Direitos de Passagem, nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

José Pimenta: "Este ponto da ordem do dia tem quatro pontos, eu propunha à Assembleia que, independentemente de ser discutido todos os pontos em conjunto, que pudéssemos fazer a votação ponto a ponto. Porque nós em relação aos diversos pontos podemos votar a favor, abstermo-nos ou votar contra." -----

Presidente da Assembleia: "Concordo com a questão que levanta, porque de facto são questões diferentes. A proposta da Câmara Municipal, e por parte do Presidente da Câmara não há inconveniente." -----

Francisco Oliveira: "Independentemente de se discutir imposto a imposto, o que é facto é que nós temos uma obrigação. Essa obrigação decorre por uma obrigação que está acima de nós, que é o PAEL. Como estamos obrigados a ter os impostos nos valores mais elevados, podemos de facto discuti-los um a um, mas mesmo que se venha a votar contra, temos uma obrigação. Não vejo inconveniente, vejo é que poderá ser relativamente estéril essa discussão tendo em consideração que por muito que votemos contra, estamos efectivamente obrigados a cumprir com a Lei." -----

Adriano Ferrão: " Eu colaboro com o pragmatismo que o deputado Francisco Oliveira também assinalou, porque tudo está sujeito às medidas do PAEL, e condicionado por isso mesmo." -----

Presidente da Assembleia: "São várias propostas diferentes, em relação a cada um dos impostos, todavia, temos uma proposta, e nós temos o poder de alterar a proposta da Câmara Municipal, no seu conteúdo, não temos poder para sub-compor a proposta da Câmara Municipal. A não ser que a Câmaras Municipal fizesse uma proposta diferente. Temos o poder para alterar o conteúdo, não temos o poder de alterar a forma da proposta." -----

O Presidente da Assembleia coloca a votação, em alternativa, a proposta da Câmara Municipal, e a proposta apresentada pela CDU:-----



Votação da proposta da Câmara Municipal: -----

Votos Contra: cinco (05) Soraia Morais, Cândido Reigado, Mário Gaspar, José Pimenta e Ivânia Mascarenhas. -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Leonardo Paço e Carlos Santos. -----

Votos a Favor: dezoito (18) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Vera Neves, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, João Silva, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Votação da proposta apresentada pela CDU: -----

Votos Contra: dezoito (18) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Vera Neves, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, João Silva, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Leonardo Paço e Carlos Santos. -----

Votos a Favor: cinco (05) Soraia Morais, Cândido Reigado, Mário Gaspar, José Pimenta e Ivânia Mascarenhas. -----

A proposta foi reprovada por maioria. -----

Francisco Oliveira: "A questão que se coloca, independentemente da razoabilidade da proposta da CDU, é ultrapassada pela questão que tem a ver com a redução da carga fiscal em si. Tem sido referido em várias Assembleias Municipais, a necessidade de se renegociar o PAEL, tendo em conta que o reequilíbrio financeiro não foi utilizado. E com tal era possível ao executivo camarário discutir esta situação e renegociar todas estas questões. Se tivéssemos passado á fase seguinte do PAEL, naturalmente não seríamos obrigados a impor aos munícipes estas taxas elevadas. Eu recordo que no início da tomada de posse, nas primeiras reuniões da Câmara Municipal ficou acordado criar-se um grupo de trabalho para rever os coeficientes das taxas a aplicar.



Decorridos dez meses nada disso aconteceu. Verifica-se que tendo oportunidade nestas duas situações de permitir que de facto estas taxas e estes impostos pudessem causar menos impacto junto dos munícipes, nada disso foi feito. E é nesse sentido esta apreciação política, uma vez que estamos nesta obrigatoriedade do PAEL nos dizer que temos de pagar os impostos com a taxa máxima, mas tendo possibilidade de reaver os coeficientes e ter a possibilidade de renegociar em virtude do reequilíbrio financeiro não ter sido utilizado, nada se verificou.” -----

Adriano Ferrão: “Do ponto de vista político, às vezes há desconhecimento e depois é fácil criar algumas acusações, ou alguns cenários mais negativos. Todos nós queremos que estes impostos baixem, toda a população vive um momento de aperto e mais impostos não é conveniente a ninguém. Sabemos que para renegociar este PAEL é preciso criar uma credibilidade e uma plataforma dessa dignidade credível que só se consegue após a Câmara mostrar, perante as entidades que fazem esse crédito, que nós somos capazes de pagar, que somos bons pagadores, que cumprimos as nossas obrigações e responsabilidades, e então sim, tal como Portugal fez com a Europa, e que está a dar alguns resultados, embora o PS sofra com isso, de qualquer maneira sabemos que precisamos dessa plataforma para podermos ter uma boa posição de renegociação, e sermos atendidos. Isso consegue-se com uma boa gestão, uma gestão que está a acontecer. Querer fazer isso de antemão, antes que isso aconteça, é simplesmente demagogia. Vamos esperar que estas contas continuem a progredir positivamente, que a Câmara consiga cumprir as obrigações, como o tem provado, reduzindo as dívidas, pagando aos credores, foi para isso que o PAEL foi criado, e a seguir vai-se começar a amortizar o próprio PAEL. Quando se amortizar parte desse PAEL, com certeza que conseguimos uma posição vantajosa para uma renegociação futura para reduzir todas estas taxas que estamos aqui a falar. Por outro lado, os coeficientes não estão na mão da Câmara. Pelo que se ouve, uma inércia, dez meses, está tudo parado, o pessoal está a preguiçar, isso é uma falácia. Porque não há inercia nenhuma, simplesmente as entidades competentes que gerem esses coeficientes não é a Câmara, essas entidades, essas sim, não lhes interessa, e até podem de alguma forma, esconder essa parte, de quando lhes interessará, porque são entidades ligadas ao Governo, e o Governo achará oportuno, ou não, em fazer esse tipo de cedência em reaver os coeficientes. O que se pode fazer é pressionar, e manter a pressão, mas isso não quer dizer que o Governo e as entidades que gerem esses coeficientes cedam



quando nós queremos. De modo que isso está a ser feito, vai continuar a ser feito, e há-de dar os seus resultados. Um bom pagador tem outro crédito, é visto de uma maneira positiva, e pode alcançar outros resultados. Senhor deputado, não vamos cair em demagogias e falácias fáceis ou baratas quando não temos informação, ou porque queremos simplesmente denegrir o próprio executivo." -----

José Pimenta: "A CDU acha que foi um erro este programa do PAEL. Pensamos que poderia ter havido negociações com os credores, podia ter havido algum pedido de empréstimo, e talvez conseguíssemos resolver sem esta situação. Estamos todos recordados do que se passou há um ano atrás. Quando foi falado sobre estes quatro pontos, houve da parte dos membros da Assembleia, do PS e do PSD, chegarem a acordo sobre o coeficiente de localização. O PS até disse na altura, que se abstinha dada essa situação. Nestas circunstâncias achamos que qualquer coisa errou aqui. Nós estamos de acordo que a Câmara receba o Irs e não seja os munícipes, em relação aos direitos de passagem, da última vez eu falei nesta situação, de ser os munícipes a pagar os direitos de passagem." -----

Francisco Oliveira: "Só para focar uma questão que foi levantada pelo deputado Adriano, relativamente à questão de demagogia, mas o que nós estamos aqui a falar são de factos concretos. E um facto concreto diz o seguinte, a partir do momento em que não há reequilíbrio financeiro pode-se passar a uma fase seguinte, e as condições são distintas relativamente ao PAEL. É possível que essa obrigação seja retirada. O senhor Presidente da Câmara em várias reuniões referiu que não seria o momento próprio, que estaria a aguardar, mas temos a capacidade de discutir a questão, não há duvida alguma. Portanto não se trata de demagogias, pode ser é o momento oportuno ou não, mas temos essa capacidade de o fazer. Quanto á questão do coeficiente, naturalmente, como disse o senhor Pimenta, quando nós votamos essa situação, foi tendo em consideração que havia um acordo de forma a tentar rever esses mesmos coeficientes. Desconheço se esse grupo de trabalho, essa comissão que seria criada, alguma coisa teria feito nesse sentido." -----

Presidente da Câmara: "Eu queria chamar a atenção que estamos sobre o regime do PAEL. E antes tínhamos a questão do reequilíbrio financeiro, mas nunca estivemos sobre o regime do reequilíbrio financeiro. Quando falam em negociação tem de haver pelo menos duas partes dispostas a negociar. Coloquei a questão ao Secretário de Estado das Finanças, se eles aceitariam, nesta fase, em que estávamos ainda numa fase



de receber prestações do PAEL, e eles não deram qualquer abertura para que isso pudesse acontecer. Só a semana passada é que recebemos última tranche do PAEL, e agora sim, já estamos com uma situação diferente da que tínhamos há uns tempos atrás. No entanto, a comissão reuniu, mas seria inútil qualquer desenvolvimento de trabalhos. Há uma coisa que é segura para todos, a não aprovação das taxas, tal como estão aqui configuradas, ou seja, para baixar os impostos, constitui uma ilegalidade grave. Se todos se abstiverem e isto não passar, a Assembleia incorre toda em ilegalidade grave, cada um dos senhores. Independentemente de concordarem ou discordarem, e eu penso que aqui ninguém concorda em termos taxas máximas. Já mostramos que somos cumpridores, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses classificou-nos em quarto lugar, como o município que mais reduziu a dívida a nível nacional, portanto estamos no bom caminho. Existe o PAEL em Albufeira, ele exige as taxas máximas, senão comete uma ilegalidade grave, é um facto. A Câmara Municipal tem feito um esforço enorme de racionalização ao máximo, da despesa pública. Nesta fase do campeonato, todos temos o objectivo de colocar as finanças em dia, para depois podermos repor à população, os benefícios fiscais, que serão obtidos de várias formas. Independentemente de tudo o resto, de todas as discordâncias políticas, pensem que também não é bom delegar nos outros as responsabilidades."-----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, foi feita uma explicação, mas acho que estamos a confundir duas coisas. Uma delas é a reavaliação dos coeficientes, que esta dependente das entidades que referiu, e como referiu, se a entidade em causa não quiser renegociar, não podemos fazer mais nada. Uma outra, essa sim, tem a ver com as taxas propriamente ditas. As taxas podem ser reduzidas, tendo em consideração, como disse, nós nem no reequilíbrio financeiro entramos e portanto estaríamos numa fase diferente daquela que se tivéssemos entrado no reequilíbrio financeiro. Diz o senhor Presidente que só agora recebemos a última tranche, e das últimas reuniões que temos tido tem vindo a referir isso, mas como não temos reequilíbrio financeiro, o facto de receber ou não a tranche não implicava essa impossibilidade da redução destas taxas. O senhor Presidente acaba por dizer, com toda a razão, que a ANMP considerou que Albufeira estaria em quarto lugar na redução da dívida, mais uma razão, então, para que se efectivamente se reduza a dívida, tentar reduzir a carga fiscal aos munícipes. Se temos ainda tempo para tentar resolver a questão, já não digo da reavaliação dos coeficientes, mas sim da possibilidade das taxas, por que razão



estarmos a aprovar agora, se ate ao final do ano temos essa possibilidade de aprovar as taxas possivelmente com alguma redução renegociando com as entidades." -----
 Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação com as alterações propostas pela mesa.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: dois (02) Cândido Reigado e José Pimenta -----

Abstenções: onze (11) Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Morais, Vera Simões, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Pereira, Ivânia Mascarenhas, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

Ausências: duas (02) Leonardo Paço e Carlos Santos -----

Votos a Favor: dez (10) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Ana Cristina Oliveira, João Silva, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de alteração à postura municipal sobre Toponímia e numeração de polícia, conforme previsto no n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, João Silva, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de



Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
 A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para o fornecimento contínuo de "materiais em ferro fundido a aplicar na remodelação e conservação da rede de abastecimento de água e saneamento até ao limite de 165.000,00€ + IVA - 2014"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, João Silva, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
 A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO OITAVO:

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do protocolo de colaboração a celebrar com a Administração Regional de Saúde do Algarve, IP, relativo ao alojamento de dois médicos, de nacionalidade cubana, a colocar no Centro de Saúde de Albufeira, bem como sobre a respectiva minuta do contrato de arrendamento, e subsequente aditamento; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "É lamentável que a Câmara Municipal de Albufeira tenha que ser quase obrigada a pagar arrendamentos para os médicos, sob pena de não termos



médicos. Sabemos que não é uma situação da Câmara Municipal, que é uma situação transversal em quase todo o Algarve. Foi colocado aos municípios do Algarve essa situação, ou suportar estes custos, ou verem-se numa situação em que não têm médicos." -----

José Pimenta: "Achamos que deveria ser o poder central a pagar estes custos." -----

Presidente da Câmara: "Eu discordo do Dr. Francisco, quando diz que fomos quase obrigados, fomos mesmo obrigados, eu não vejo que alguém pudesse discordar, e perder dois médicos. Vieram dezasseis médicos cubanos para o Algarve, dois para Albufeira, e ou a Câmara arranjava casa, e suportava os custos, ou estes dois médicos iriam para outro município. Isto passou-se em todas as Câmaras, e todos nós fomos mesmo obrigados a aceitar esta condição. Havendo falta de médicos, ninguém iria consentir que eles não ficassem cá, portanto fomos mesmo obrigados. É de facto uma competência do poder central, ainda lhes questionei se lhe arranjassemos casa se eles suportavam os custos, mas não, teria de ser o município a suportar. Já cá estão, num apartamento no Cerro da Alagoa e foram muito bem recebidos." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, João Silva, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para Fornecimento Continuo de Refeições e Lanches Escolares para a EB1/JI dos Olhos de Água, EB1/JI da Correeira, EB1 de Vale Carro, EB1,2,3 da Guia e JI da Guia; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Cândido Reigado: "A CDU entende que o fornecimento de refeições e lanches às escolas deve ser assegurado pelas próprias escolas. Além de ficar mais barato a comida tem outra qualidade. A partir da altura em que é uma empresa que fornece a comida às escolas, essa empresa é privada, como é lógico pensa no lucro. Há escolas que têm condições de fazer lá comida, a dos Olhos de Água é uma delas. Por exemplo no hotel Club Med, a certa altura fechou para obras na cozinha e recorreu a uma empresa privada. A comida além de ser em pouca quantidade, era intragável. Neste ponto vamos votar contra, porque achamos que há condições nas escolas de fazerem lá comida, e as que não têm condições seriam criadas, e enquanto não fossem criadas haveria a possibilidade de fazer a comida numa outra escola e depois ser transportada. A Câmara Municipal tem o refeitório dos trabalhadores que tem uma boa cozinha, até se poderia fazer lá a comida confeccionada e depois transportada para as escolas." ----

José Pimenta: "Só para completar, na escola da Guia vão ser confeccionadas as refeições nesse estabelecimento por uma empresa privada, não se compreende, há instalações, há condições." -----

Vice-Presidente: "Obviamente que as escolas têm condições para confeccionar as refeições, tanto que este concurso obriga a que a empresa faça lá as refeições." -----

Francisco Guerreiro: "Queria só perguntar o motivo da escola do Cerro do Ouro ter encerrado. Foi falta de pessoal, ou falta de crianças?" -----

Vice-Presidente: "Foi uma situação extremamente pacífica, porque foi deixando de ter alunos no primeiro e segundo ano, no último ano só teve o terceiro ano, e este ano só iria ter alunos do quarto ano. É uma situação que foi perfeitamente pensada, se a escola estivesse aberta iria ter no máximo oito alunos, e foram devidamente colocados ou na escola de Ferreiras ou na escola de Paderne."-----

Luis Afonso: "Queria só perguntar, a associação de pais pode ter alguma intervenção neste concurso?" -----

Presidente da Câmara: "Não é possível."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: dois (02) Cândido Reigado e José Pimenta.-----



Abstenções: zero (00) -----
Votos a Favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, João Silva, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
 A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DÉCIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Directo para Aluguer de Equipamentos Multifuncionais e de Reprografia; -----
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----
 Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----
Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, João Silva, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
 A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Candidatura ao IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, no âmbito da medida "Contrato Emprego-Inserção. -----
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Cândido Reigado: "A CDU defende a criação de emprego com salários justos e com direitos, estamos de acordo com esta contratação de trabalhadores. Não estamos de acordo com a forma como estão a ser feitos estes contractos. Os trabalhadores contratados continuam ligados ao centro de emprego, quando deveriam ser contratados pelo Ministério da Educação. Na impossibilidade da Câmara Municipal o fazer, devido ao PAEL, compete ao Governo, através do Ministério da Educação assumir as suas responsabilidades. Por esse motivo a CDU vai votar contra, não pela contratação destes trabalhadores, mas pela forma como vão ser feitas as contratações. Se é para substituir trabalhadores doentes, no caso de alguns desses trabalhadores doentes poderem regressar ao trabalho, os trabalhadores que agora vão ser contratados continuam a trabalhar nas escolas?" -----

Presidente da Câmara: "Existe mesmo esta necessidade de contratar trabalhadores."-- Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: dois (02) Cândido Reigado e José Pimenta.-----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, João Silva, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

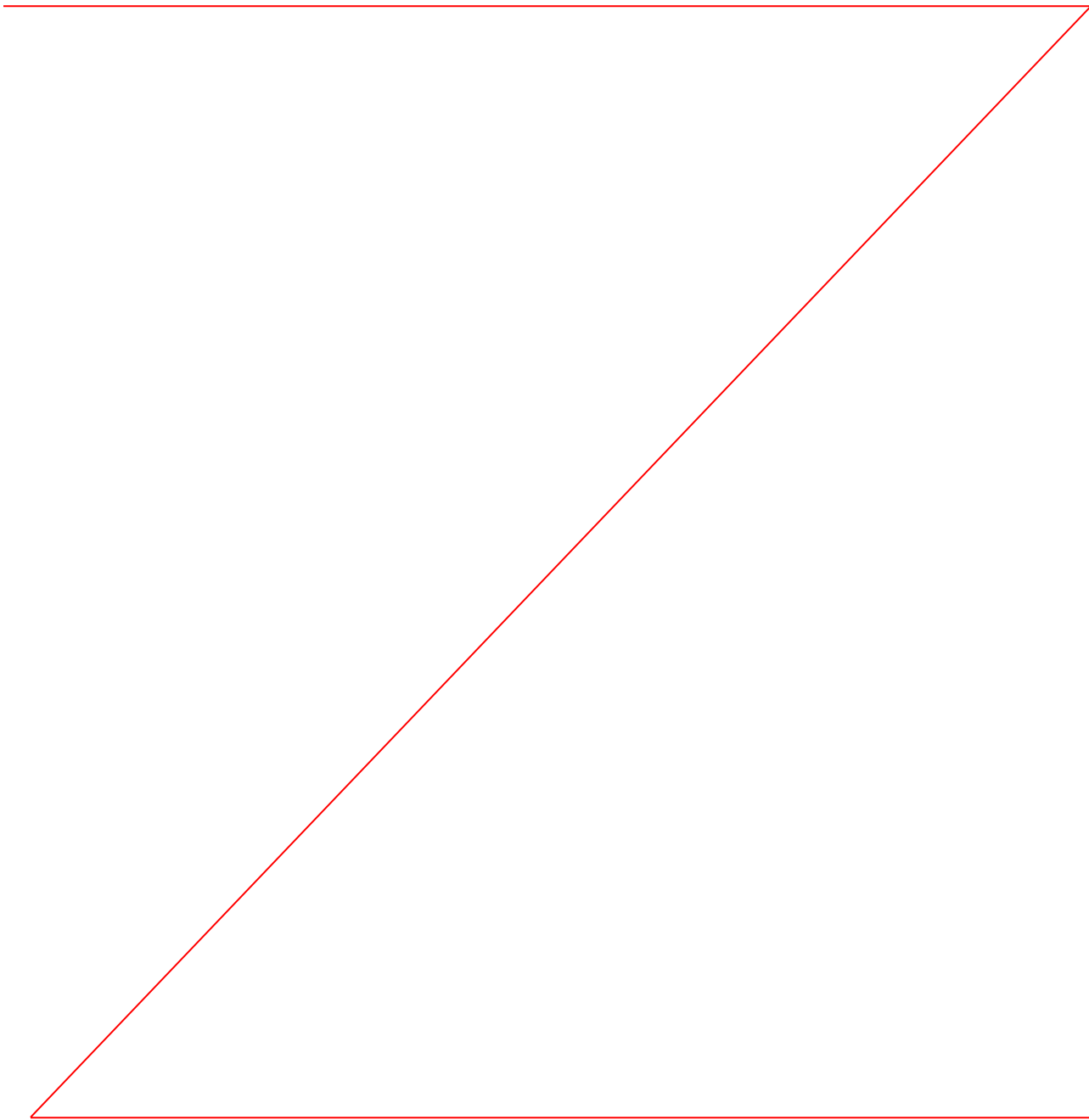
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 00:15 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 25 de Setembro de 2014 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





OS QUE BANHARAM FORTUNAS EX.
 PLORANDO O POVO BRANCO ETC
 EM POSSEÇÃO/OU DESVIARAM EM
 O QHROS PARAISOS FISCAL/PRES.
 VENIENTE DE CORRUPÇÃO
 EM NOME DA FOME MISÉRIA DO POVO
 O RETORNO DE NOVO OS MISERÁVEIS
 DE VITOR HUGO
 EM NOME DE CIRCUNSTÂNCIA NÃO
 NÃO O É UMA AFIRMAÇÃO
 SEM PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
 COMO CIDADÃO/TEHO O DIREITO A
 MINHA INDIGNAÇÃO
 REAFIRMO PEDIDO DE ESCLARECIMENT.
 TO/SR. PRESIDENTE DEPUTADOS
 VARIADORES/POVO/TELOS DEVERSO
 TELOS DIREITOS
 O SR. PRESIDENTE COMO O PROCEDER
 TE MINHA REAFIRMAÇÃO
 EM NOME DOS MISERÁVEIS/DA MI-
 SÉRIA DO POVO/ME INDIGNO ME
 REVOLTO/PERDIMENTO DE NOVO
 O QUE ME FIZERAM NUNCA FOI
 ESCLARECIDO COM REAFIRMAÇÃO
 PASSA HOJE

Q



III

INQUIRITO COM RISO/AO SUCEDEDA
 COM VISIBILIDADE/GOVERNAR É DAR
 CONTA À SUA PRÓPRIA RESPONSABILI-
 DADE/PARA COM O FOLXO/OS TRABAL-
 HADORES/GOVERNAR É ESTAR POR
 PERTO DO PROLETARIADO A SUA
 EXISTÊNCIA HUMANA
 GOVERNAR É SER/DE RESPONSABILIDADE
 DE EM DIMENSÃO HUMANA/DO RES-
 PEITO DOS FOLXOS DO PLANETA
 GOVERNAR É SEGUIR A LIBERDADE
 DAS FRONTEIRAS CAINHANDO
 EM NOME DA MISÉRIA/DA FOME/DE
 INDIGNO/EM NOME DO GENOCÍDIO/
 DA GUERRA DA INCOMPETÊNCIA E
 INDIGNO-ME
 ESTA ZANGADEM O SR. PRESIDENTE
 NÃO ENTENDE/SEM ENTENDER/VIVE
 TERRA TERRA/PROCURAR COM VISIBI-
 LIDADE DOS INTERESSES MINORITÁRIOS
 DESTABILIZAR NÃO CONSTRUÍMOS
 O FUTURO/SEM PREOCUPAÇÃO
 COM O PROBLEMA DE SERIEDADE
 SOIS O PROBLEMA DO RETORNO DOS MISE-
 RA VEIS/ A MISÉRIA A FOME SE
 ENCONTRA À PORTA
 A SOCIEDADE É O SEU TODO
 NO GOZADO/

Q



AOS COFINS DA FOMATEIRA DO ~~UNIVERSO~~
 POR A SOCIEDADE DIGNA JUSTA
 UNIREI A LIBERDADE IGUALDADE
 LIBERDADE CONSCIÊNCIA ^{REFLEXO}
 EM QUE O HUMANO SEJA A FELICIA
 DA VIDA SE LIBERTANDO NESTA SOCIE-
 DADE PRECÁRIA DEVAÇÃO INDIVIDUAL
 LUSTRA DECADEMA
 SER/É A QUESTA/OTRÁFICO DE IM-
 TER/O INDIVIDUALISMO A DE IRADA-
 CAO, A INCONSCIÊNCIA ^{QUE} ^{OS} ^{SEUS} ^{PROBLEMAS}
 SR. PRESIDENTE NÃO ENTENDE NUNCA
 ENTENDERÁ/NUNCA RESPONDEO
 TENTOU MESMO A UMA ÉPOCA MES (A ZAR
 NA DA PESSOAL EM NOME DA LI-
 BERDADE IGUALDADE JUSTIÇA
 EM NOME DA FOME MISÉRIA DO
 RESORNO DOS MISERÁVEIS POVO
 ALGO ESTÁ ERRADO JUS EM FOLGAS
 ANOS ENRIQUECEM/A MAIORIA A FOME
 PESSOAS SE EXISTE CORRUPÇÃO
 FORTUNAS ILÍCITAS/O PODER DE
 INTERESSES INFLUENCIAM ^{AMPLAÇÃO} NOR PODEREL
 GOVERNATIVOS/A FORMA DE GOVERN-
 NAR OS EXCESSOS TERRENOS NÃO
 PODIAM CONSTRUIR APOIS VEMO
 TERREIROS BENEFICIAM/

Q

A DEMOCRACIA FAZHOA EM ALBUFEIRA
NO PAIS EM ALBUFEIRA DESTABILIZA-
RAM O EQUILIBRIO ECONOMICO
AUMENTO DE ALGUM E SEUS DIVERSOS
IMPOSTOS / PAGAMENTOS EU PAIS MAIS
DE 400 A 500 POR CENTO AUMENTO
DE ALGUM O EQUILIBRIO
E EMPRESAS EM DIVIDA 4000000
EUROS / E SE FECHA ALGUMAS TRABALHADORES
O PAIS AUMENTOU A EXERCITACAO
E PARA SE CHORADOS SALARIOS AOS
RESPONSAVEIS BO-T ETC
SAR DIN 740000 POR MES
O NUMERO MUITO TEM ALGUMAS
PENSA A METRONIA / O OLIVEIRA E
COSTA USANDO ALGUMAS ANTI-
SALARIO DO FAMILIAR EM PORTUGAL
COM 11% DO PIB EM PODER
A SAUDE DESMORAM ALGUMAS AOS
ELEIÇÕES / O SUA DOPOIS ROUBADO
CORRTO POR SOMATEIS SE APODE-
RAM DO SAUDE DO SUA DO
POVO / E VENDERAM O PAIS AOS
BOENDES / ALBUFEIRA A ALGUM O LIXO
PERIANTO SE CORRTO E A MOEZO
SAO OS PROPRIETARIOS DA EMPRESA
DO LIXO / DO PUBLICO PRETENDIM
ALGUMAS PRIVADO



Exs. Senhores da Assembleia da Câmara Municipal de Albufeira;

Nós, moradores do Bairro Faceal, localizado em Mem-Moniz, Albufeira, viemos pedir que tomen alguma providência quanto ao problema que temos vivido aqui em relação a alguns vizinhos. Já apresentamos na Câmara Municipal de Albufeira um abaixo-assinado com 42, (quarenta e duas), assinaturas, relatando os problemas e pedindo providências, mas estamos até o momento aguardando que as mesmas sejam tomadas. Já estivemos várias vezes na Câmara e na penúltima visita nos mandaram lá estar dia 22 de Setembro, neste dia estivemos com a Doutora Ana Nunes que demonstrou não saber o que lá fomos fazer e não ter nenhuma informação sobre o nosso problema. Nos pediu um momento e foi se informar com o Sr. Presidente, voltou pedindo-nos que fizéssemos uma lista dos moradores que estavam cá e que foram trabalhadores na fábrica, esta lista já existe desde que a fábrica fechou, este levantamento foi feito pelo Dr. Rui que trata das habitações da Câmara.

Viemos, então apelar aos senhores para nos ajudarem a resolver o problema que passamos a explicar.

Aqui no Bairro algumas pessoas que nunca trabalharam na fábrica invadiram algumas casas que estavam abandonadas e estas mesmas pessoas não se relacionam com os moradores de maneira civilizada. As casas das quais estamos falando são as de número 11, 15 e 16.

Estes moradores não respeitam os vizinhos, debocham dos idosos, mandam piropos, deitam lixo para todo o lado, fazem muito barulho, alguns já até agrediram uma moradora fisicamente. São pessoas muito conflituosas que incomodam o sono e o descanso de muitos idosos que aqui moram e de trabalhadores.

A Câmara nos informa que o problema é para ser resolvido com a polícia e a polícia nos manda resolver na Câmara, precisamos saber aonde nos reportamos para resolver o problema.

Ficamos aguardando uma resposta o mais breve possível.

Desde já agradecemos a atenção a nós dispensada.

Moradores do Bairro Faceal